

TERMOS E CONDIÇÕES

1. Generalidades

As presentes Condições gerais de venda regem as relações comerciais entre o Centro de Tradução do Portal Martim Moniz e o cliente. Qualquer adjudicação de encomenda ou aceitação de factura pressupõe o conhecimento e a aceitação das mesmas por parte do cliente.

2. Orçamentos

Todos os documentos são cotados segundo o número de palavras do documento de origem. A aceitação do orçamento deve ser comunicada por e-mail, fax ou carta.

2.1. Orçamento para tradução de website

Para solicitar um orçamento para tradução de site, deverá enviar-nos por e-mail os ficheiros a orçamentar em formato Word, Excel, PDF, etc. ou em linguagem html. O Centro de Tradução do Portal Martim Moniz reserva-se o direito de recusar a elaboração de orçamentos gratuitos baseados no simples envio de um link, caso o site a orçamentar tenha mais de 10 páginas / hiperligações ou caso o site esteja em flash.

2.2. Entrega de documentos originais ou cópias certificadas

No caso de solicitar os nossos serviços de certificação de tradução ou legalização por apostilha, deverá entregar-nos, por correio ou directamente nas nossas instalações, o documento original a traduzir ou cópia certificada. O Centro de Tradução do Portal Martim Moniz declina qualquer responsabilidade decorrente da utilização de serviços externos (ex. envio de documentos pelo correio).

3. Entrega da tradução/revisão/adaptação

A sua tradução/revisão/adaptação será entregue no prazo estipulado e respeitando a formatação do documento original. Poderá optar pelo envio: • por e-mail (no formato indicado: doc, Acrobat, html, Excel, Powerpoint, InDesign, etc...) • por fax • por correio Se assim o desejar, poderá levantar os documentos directamente nas nossas instalações.

4. Pagamentos

O serviço solicitado pelo cliente fica sujeito ao pagamento de um sinal mínimo de 50 % a liquidar no acto da adjudicação da tradução. O restante valor deverá ser liquidado antes do envio da tradução. No caso de tradução urgente, deverá liquidar a totalidade do valor do serviço no acto da adjudicação. De forma a comprovar a qualidade do serviço efectuado, o cliente poderá solicitar o envio de parte do trabalho antes de liquidar a totalidade da factura. É imprescindível o envio por e-mail ou fax de uma cópia do comprovativo de pagamento efectuado. A factura será enviada por correio electrónico após o pagamento. O pagamento poderá ser efectuado por transferência bancária, transferência de dinheiro, cheque, dinheiro ou PayPal. Para pagamentos efectuados por PayPal, acresce a comissão de transferência à taxa em vigor cobrada por este serviço.

5. Reclamações

O Centro de Tradução Portal Martim Moniz compromete-se a dar seguimento a qualquer reclamação apresentada pelo Cliente desde que: • A reclamação seja apresentada por e-mail, fax ou carta no prazo de 7 dias úteis a contar da data da entrega do trabalho solicitado; • O texto sobre o qual recai a reclamação não tenha sido alterado pelo Cliente ou terceiros; • A reclamação apresente explicitamente as razões da falta de qualidade do serviço. O Centro de Tradução do Portal Martim Moniz não poderá ser responsabilizada pela utilização de terminologia ou estilo diferentes, desde que estas cumpram as regras de ortografia, gramática e sintaxe correcta ou que a terminologia faça parte de dicionários ou outras publicações idóneas. No caso de textos técnicos, o cliente deverá fornecer-nos o(s) glossário(s) em vigor na empresa, caso contrário os nossos tradutores utilizarão o vocabulário técnico alvo de pesquisa.

6. Garantia de qualidade

Todas as nossas traduções são efectuadas por tradutores bilingues com experiência comprovada em tradução, cuja língua materna é a língua-alvo e residentes no país de destino da tradução. As nossas traduções de textos jurídicos são asseguradas por profissionais do sector. Aplicamos um sistema interno de controlo de qualidade muito rigoroso, pelo que todas as nossas traduções são sujeitas a uma cuidadosa revisão interna.

7. Confidencialidade

Todos os documentos dos nossos clientes são considerados confidenciais.

8. Lei e foro aplicável

A todas as questões não reguladas expressamente nas presentes condições, aplicar-se-á a Lei Portuguesa.